



COMUNIDADE PAITER SURUÍ E O SURDO PAITER SURUÍ: INTRINSIDADES

PAITER SURUÍ COMMUNITY AND THE DEAF PAITER SURUÍ: INTRINSIC ASPECTS

Luciana Coladine Bernardo*

Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

 <https://orcid.org/0000-0001-8124-0409>

coladinel@unir.br

Wellington Quintino Pedrosa**

Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

 <https://orcid.org/0000-0003-0611-5530>

xav@terra.com.br

RESUMO: Ao abordar questões relacionadas à vida comunitária de sete surdos pertencentes ao povo indígena Paiter Suruí residentes na Aldeia Gapgir, localizada na Terra Indígena Sete de Setembro, no município de Cacoal, estado de Rondônia, adentra-se em se/como a comunidade Paiter Suruí os insere nas questões socioculturais indígenas, bem como sobre a concepção que se tem dos mesmos. Sucintamente, revela-se que apesar das barreiras de comunicação existentes, deixa-nos o ensinamento de afável convívio com as diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Surdos; Paiter Suruí; vivência.

ABSTRACT: Addressing issues related to the community life of seven deaf people who belong to the Paiter Suruí indigenous people who live at the Gapgir Village, located in the Sete de Setembro Indigenous Land, in the city of Cacoal, Rondônia, the study focuses on if/how the Paiter Suruí community inserts them in indigenous sociocultural issues, as well as on the conception they have of themselves. Briefly, it is revealed that despite the communication barriers that exist, they teach us how to live with differences in a friendly way.

KEYWORDS: Deaf; Paiter Suruí; livingness.

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Professora de Libras da Universidade Federal de Rondônia.

** Doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Letras e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística-PPGL da Universidade do Estado de Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

As questões sobre cultura, identidade e língua inerentes ao mundo dos surdos, estão sendo renovadas e reformuladas a cada debate, advindas de pesquisas e publicações que abordam novas percepções, conceitos e formas mais legítimas de enxergá-los em sua abrangência, desmistificando paradigmas. Dessa forma, esse artigo surge a partir do contexto dos surdos Paiter Suruí e versa sobre questões fomentadas ao decorrer da história dos surdos urbanos não indígenas, porém, que ainda são escassas no escopo dos estudos linguísticos sobre surdos das etnias indígenas.

Neste sentido, a pesquisa de mestrado da autora Gregianini (2017) sobre o mapeamento dos Sinais Paiter Suruí (SPS), que perdurou entre os anos 2016 e 2017, motivou a estruturação deste artigo, uma vez que o trajeto percorrido possibilitou presenciar e verificar como os sujeitos surdos pertencentes às outras culturas são compreendidos pelo seu povo. Portanto, aqui, objetiva-se apresentar se ocorre, e como, o envolvimento nas questões socioculturais e a concepção mais próxima que a comunidade Paiter Suruí da Aldeia Gapgir, situada na Terra Indígena Sete de Setembro, no município de Cacoal, Rondônia, têm sobre os sete indígenas surdos membros dessa comunidade.

Em meio a tantas informações e curiosidades a serem exploradas no espaço da pesquisa, surgiram as seguintes questões motivadoras: como é a interação/tratamento entre a comunidade e o sujeito surdo? Como é a vivência dos surdos na aldeia? Como a comunidade, sobretudo os pais, veem seus filhos surdos? Os surdos indígenas recebem os mesmos ensinamentos culturais que os membros ouvintes?

Na intenção de apresentar informações que depreendam destes questionamentos, em maior teor de relevância foram utilizadas as próprias falas dos entrevistados, proporcionando os saberes que a família tem sobre os surdos, bem como os registros pessoais da pesquisadora pautados na observação do ambiente da aldeia que propiciou observar os surdos na aldeia. Assim, os dados coletados e as observações não só serviram de base para responder as questões motivadoras, como fomentam várias outras a serem posteriormente exploradas.

Assim, este artigo começa por uma breve explanação sobre as primeiras concepções da sociedade sobre os surdos e as mudanças que foram ocorrendo e, adiante, informações sobre o povo Paiter Suruí. Posteriormente, são apresentados o ambiente e os sujeitos da pesquisa, os métodos utilizados para obtenção dos dados. Por último, os dados coletados são analisados.

OS SUJEITOS SURDOS: PRIMEIRAS DESMISTIFICAÇÕES

Antes de adentrar na historicidade do sujeito surdo, cabe explicar sobre a expressão “povo surdo”, sendo essa utilizada para denominar o “grupo de sujeitos surdos que tem costumes, história, tradições em comuns e pertencentes às mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua concepção de mundo através da visão” (STROBEL, 2009, s.p.).

A história do povo surdo é repleta de segregação, estereótipos, desigualdade e julgamentos ferrenhos sobre a concepção desses sujeitos e suas capacidades cognitivas. Conforme Silva (2009, p. 96) “no final do século XVI, passa a vigorar a prática de confinamentos daqueles considerados indesejáveis à sociedade. Primeiro confinavam-se os delinquentes, depois os considerados loucos, os débeis mentais e também os surdos.”

Dessa forma, naquele período, o desconhecimento sobre o povo surdo e a multiplicidade de domínios que a eles pertencem faziam com que fossem vistos como uma calamidade humana, como sujeitos que não possuem complexidades individuais e sociais, simplesmente por lhes faltarem a audição, condição essa considerada essencial por muitos anos. Segundo este entendimento, seria impossível o desenvolvimento cognitivo e existencial do ser humano. Sacks (2010) relata que um dos principais fatores que levou, durante muitos séculos, à ideia errônea de considerar o sujeito surdo incapaz, se embasava no fato de acreditarem que não possuíam linguagem.

Foi por esse motivo que os natis surdos, ou, em inglês, “*deaf and dumb*”, foram julgados “estúpidos por milhares de anos e considerados “incapazes” pela lei ignorante – incapazes para herdar bens, contrair matrimônio, receber instrução, ter um trabalho adequadamente estimulante – e que lhes foram negados direitos humanos fundamentais. (SACKS, 2010, p. 20).

Um dos pontos importantes que motivou pesquisas e reconsiderações sobre as consequências da dita *falta de linguagem* ocorreu com a descoberta de um menino encontrado em 1799, nas florestas de Aveyron, na França. Victor, conhecido como Menino Selvagem, foi encontrado vivendo com hábitos de animais, andava de quatro e não possuía linguagem. O menino foi levado para Paris em 1800 e a sua chegada despertou a curiosidade de cientistas, pela sua forma de ser e viver. Um médico chamado Jean-Marc Itard, que tinha experiência advinda do envolvimento com os surdos, levou o menino para sua casa na tentativa de estudá-lo e educá-lo (SACKS, 2010).

Perante o fracasso em ensinar-lhe uma língua oral, houve um momento de encontro entre os surdos e o denominado Menino Selvagem. Foi a consequência dessa interação que deu início a uma nova concepção sobre os indivíduos que não fazem uso da

língua oral e, “[...] quando foram feitas tentativas apropriadas de comunicar-se com os “*deaf and dumb*”, ou seja, por meio da língua de sinais, eles se revelaram notavelmente educáveis e de pronto mostraram ao assombrado mundo que eram capazes de ingressar por completa na cultura e na vida. (SACKS, 2010, p. 21).

Diante do espanto da constatação de que os surdos podiam e conseguiam se expressar, novos vieses começaram a ser traçados sobre a capacidade do sujeito surdo, chocando o cenário mundial ao começar a constatar e divulgar as potencialidades deles, indo na contramão das concepções antes impostas.

COLONIZAÇÃO OUVINTE-SURDO

Constatando que o surdo é um ser humano que tem plenas capacidades cognitivas de comunicação e de viver ativamente na vida em sociedade, veio à tona um massificante processo de colonização do povo surdo: imposições ao *ouvintismo* e ao *oralismo*, que deixaram marcas profundas na cultura e identidade desse povo. Skliar (2015) conceitua o termo ouvintismo como:



(...) um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte. Além disso é nesse olhar-se, e nesse narrar-se que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte; percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais (SKLIAR, 2015, p.15).

Seguindo o conceito de ouvintismo, a cultura do povo surdo não é aceita. Ser surdo não é aceito. O que representa uma negação que o sujeito é obrigado a fazer do seu próprio *Eu*. Ver-se surdo e comportar-se como se não fosse negando sua natureza, seus desejos, sua forma de ver e sentir o mundo que o rodeia, foi e é uma monstruosidade imposta pelos ouvintes, bem como por uma sociedade capitalista que precisa de sujeitos produtivos e iguais.

É como dizer: *Você é surdo, mas deve ser como um ouvinte*, pois, “[...] segundo o discurso ouvintista, o sujeito surdo para estar bem integrado à sociedade, deveria se adaptar a cultura ouvinte, por que somente assim poderia viver ‘normalmente’” [...] (STROBEL, 2008, p. 23). A consequência dessa imposição foi ter causado, no sujeito surdo, uma visão de deficiência, de ser a parte errada da sociedade, de representação de como não se deve ser, de uma *anormalidade*.

O oralismo veio como uma ferramenta para *normalizar* o surdo, colocá-lo no *eixo* que a sociedade segue. Ensinar o surdo a falar era e é um sonho da imposição ouvinte:

significa propiciar uma liberdade, livramento de uma deficiência, cura absoluta. Ensinando-o a falar, ele não seria mais surdo; hipoteticamente, seria transformado em ouvinte e sua *deficiência* desapareceria.

Por mais que essas práticas ouvintistas e oralistas ainda persistam, o povo surdo vem afirmando-se como diferente somente nas suas peculiaridades, na sua cultura. As representações do *ser surdo* que se tinha, de um sujeito deficiente sem função alguma na sociedade, estão consideravelmente amenizadas.

O “ser o outro” do passado se mostra nos campos de vitoriosos e de vencidos, de colonizadores e colonizados, de deficientes e de excluídos e contrastam com os atuais “outros” de privilegiados, de sujeitos sociais que se validaram e têm autonomia sobre “outros” desvalidados, refugiados, exilados, deslocados; em detenção em que a representação social é o elemento crucial. (PERLIN, 2003, s. p.)

Surge, então, uma nova concepção sobre ser surdo, sendo apresentada na maioria das vezes pelos próprios sujeitos surdos, os quais se mostram como exemplos de sujeitos que vivem o que são, que vivem o que querem viver. Esse novo sujeito emerge em meio a muitas lutas e obstáculos. Quando se usa o termo povo surdo, refere-se a todos os surdos existentes no mundo, ou seja, “que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual” (STROBEL, 2008, p. 31).

Portanto, diante do percurso histórico do povo surdo, que relata desde uma visão equivocada até a quebra de estereótipos, torna-se relevante analisar como ocorre esse processo de concepção e tratamento oferecido pela sociedade a estes sujeitos de outras etnias e áreas, visto que toda a história registrada se baseia prioritariamente em surdos não índios e/ou de áreas urbanas.

PAITER SURUÍ: BREVE HISTÓRICO SOBRE A ETNIA

Não diferente do ocorrido com várias etnias indígenas, os Paiter Suruí possuem inúmeros entraves sofridos pelo contato com os não indígenas, ao longo de sua história, ocasionados principalmente pelo desejo de posse de terra. A necessidade de fuga e o contato trouxeram muitas mudanças culturais e dizimaram muitos povos, conforme esclarece Mindlin (1985, p. 26): “Mal podiam fazer e manter as roças, e apontam locais de antigas aldeias, onde mortos estão enterrados, bem além do território atual, pois viviam em correria”.

Conforme informações do Instituto Socioambiental (ISA, s.d.), a nomeação Suruí foi dada pelos sertanistas no primeiro contato entre este povo. Contudo, os indígenas se

autodenominavam Paiter.Suruí (2018, p. 53), no entanto, vem desmistificando a informação divulgada sobre o significado desse nome como *gente de verdade, nós mesmos*, afirmando que: “Dizer que Paiter significa ‘gente de verdade’ está incorreto, pois para ser ‘gente de verdade’ a escrita teria que ser Paiter Itehr, que significa ‘gente de verdade’ ou ‘gente verdadeira’”.

O atribulado contato fez com que eles sentissem necessidade de aprender a Língua Portuguesa. No entanto, a língua oficial não foi extinta. Segundo Mindlin (1985), eles são falantes de uma língua pertencente à família linguística Tupi-Mondé, do tronco linguístico Tupi, e o Suruí é a língua falada entre eles. Contudo, os Paiter Suruí a denominaram como Língua Paiter.

A partir dos anos 80, alguns jovens Paiter que dominavam a língua portuguesa em razão da necessidade de diálogo com os brancos, levaram suas reivindicações até a Funai. Nessa época cresceu entre os Suruí a consciência de como se constitui a sociedade brasileira e a necessidade de lutar pela defesa de seu território e de sua vitalidade cultural. Foram feitas viagens a Brasília para acompanhar passos da administração da Funai e fazer reivindicações. Nesse contexto, algumas tradições renasceram e os mutirões e festas persistiram, porém se adaptando aos novos padrões agrícolas, como o cultivo de arroz e uma maior dispersão da população. (ISA, s.d.).

Assim, um povo possuidor de traços culturais marcantes e cheios de simbologias, festas típicas e que viam na floresta a sua fonte de vida e de artefatos culturais, teve que se adaptar a uma forma de vida diferente. O contato com os não indígenas, a apresentação de utensílios e os limites territoriais, foram apenas alguns dos aspectos responsáveis por tal mudança cultural.

De sujeitos reprimidos e ameaçados, hoje, os Paiter Suruí vivem em busca de melhorias, dignidade e respeito ao seu povo. A preservação e resgate cultural são questões muito debatidas entre eles e, para além da cultura material, a língua e os aspectos cosmológicos e simbólicos.

PERCURSO METODOLÓGICO

Todas as informações sobre a vivência/interação entre os surdos e a comunidade foram obtidas por meio de entrevistas realizadas com os pais dos surdos. Além disso, os dados apresentados são advindos das experiências vividas pela autora no ambiente da aldeia, pois, para perceber as minúcias do cotidiano dos surdos foi necessário se estabelecer

na aldeia, participando da rotina da comunidade, processo ocorrido sob o contexto da pesquisa de mestrado da autora.

Portanto, todos os dados e informações apresentados aqui foram coletados e registrados entre 2015 e 2017, quando a autora mapeou os Sinais Paiter Suruí (SPS) no contexto da comunidade. Naquele contexto, a pesquisa se pautava nos pressupostos da metodologia pós-crítica que, conforme Meyer e Paraíso (2012), possibilitam autonomia ao pesquisador para que os objetivos sejam alcançados através dos métodos mais adequados e compatíveis com a realidade da pesquisa, à escolha do pesquisador.

Para se obter conhecimentos mais diretos possíveis sobre os surdos, optou-se por entrevistar seus pais, o que possibilitou obter formações sobre o que pensavam acerca de seus filhos surdos, como lidavam com suas necessidades e a convivência dos surdos com a comunidade. Assim, as entrevistas foram iniciadas da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), permitindo que as entrevistas fossem gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas com fidelidade à fala. Em respeito ao tempo de cada entrevistado, as entrevistas ocorreram sempre a depender da disponibilidade de cada um, sendo todas realizadas no decorrer do ano de 2016.

O método de entrevista semiestruturada tornou-se o mais adequado por possibilitar a abrangência nas informações, dando um tom de uma conversa livre, já que este tipo de entrevista possui “[...] perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2011, p. 22)

A observação realizada e registrada no caderno de campo foi de grande relevância para analisar os pronunciamentos dos pais sobre o assunto, bem como participando ativamente da rotina da aldeia, pois “para se compreender a evolução do comportamento de pessoas e de grupos é necessário observá-los por um longo período e não num único momento” (WHYTE, 2005 *apud* VALADARES, 2007, p. 320). Esse período possibilitou verificar como os surdos são tratados pela comunidade, inseridos nas atividades, e como transitam nos espaços da aldeia na rotina do convívio comunitário.

APRESENTAÇÃO DO AMBIENTE E SUJEITOS DA PESQUISA

Segundo o ISA (s.d.), na intenção de manter distância dos não indígenas, os Paiter Suruí migraram para o estado de Rondônia. Porém, essa fuga, ocorrida no Século XIX, não impediu o contato e conflitos com os não indígenas, pois coincidiu com a

colonização do atual estado de Rondônia e o contato foi inevitável. O primeiro contato pacífico foi em 1969, conforme descrição abaixo.

O primeiro contato pacífico dos Suruís com a sociedade brasileira deu-se em junho de 1969, quando visitaram o acampamento Sete de Setembro da FUNAI, fundado no dia sete de setembro de 1968 (daí a origem do nome da principal aldeia Suruí, o Sete de Setembro, contígua ao Posto. O nome Suruí da aldeia é Nambekó-dabadaqui-ba – “o lugar onde os facões foram pendurados”. (MINDLIN, 1985, p. 23).

Apesar das terras destinadas aos Paiter Suruí terem sido demarcadas em 1976, a pose e denominação como Terra Indígena Sete de Setembro, ocorreu no dia 29 de setembro de 1983, pela Portaria n.º 1561, sob jurisdição do Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Octavio Ferreira Lima (SURUÍ, 2015). Essa Terra se localiza “[...] em uma região fronteira, ao norte do município de Cacoal (estado de Rondônia) até o município de Aripuanã (estado do Mato Grosso). Chega-se à área a partir de Cacoal, através das linhas de acesso 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 14” (ISA, s.d.), sendo as aldeias localizadas nos limites das referidas linhas.

Nem todos os indígenas foram morar no Posto, dentro da área indígena, e alguns permaneceram fora desses limites. Conforme Mindlin (1985, p.23), “cerca de um terço da população continuou a morar fora da área indígena, perto da vila de Espigão do Oeste, mudando em 1977 para outro Posto da FUNAI criado então, a Linha 14.” É nessa aldeia situada na linha 14, denominada de Gapgir, que essa pesquisa foi desenvolvida.

Figura 1 – Aldeia Gapgir

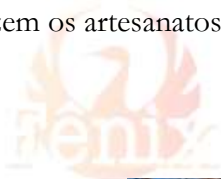


Fonte: Gregianini (2017).

A Aldeia Gapgir está localizada no município de Cacoal, distando, aproximadamente, 60 km do centro urbano até a aldeia. Devido às influências culturais exógenas, a aldeia é composta por casas de madeira, possuem utensílios e objetos que durante muitos anos não pertenciam à cultura indígena. Porém, com a hibridação cultural, conceito caracterizado por Canclini (2007) como um processo que ocorre quando culturas diferentes se fundem em seus aspectos culturais, econômicos e políticos, sofrendo ressignificações, aspectos antes da cultura não indígena passaram a ser almeçados e a fazer parte da vida dos Paiter Suruí, como afirma Suruí (2015, s.p.):

(...) foi possível conhecer um pouco mais o mundo do branco, utilizar suas ferramentas – antes do contato a gente usava a flecha hoje usamos o documento escrito, a tecnologia digital e outros, assim juntamos os dois mundos de conhecimentos, o do branco e os nossos costumes tradicionais.

Contudo, os traços culturais continuam vivos e sendo constantemente evidenciados e preservados. Os barracões feitos com uma bela técnica de montagem estão presentes ao lado de cada casa de madeira, nas quais os Paiter descansam, alimentam-se, fazem os artesanatos culturais e dialogam.



www.revistafenix.pro.br

Figura 2 – Barracão



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A aldeia também é composta por uma escola chamada Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Sertanista José do Carmo Santana, um posto de saúde, um museu denominado Paiter a Soe, sendo esse o primeiro museu indígena de Rondônia, idealizado pelos próprios moradores da aldeia a fim de valorizar e promover a cultura Paiter, e uma horta destinada a um projeto de sementes.

Figura 3 – Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental e Médio Sertanista José do Carmo Santana, Posto de Saúde, Museu Paiter a Soe e Horta



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Apesar de possuírem fontes de renda variadas como pecuária, extração de madeira, agricultura e funcionalismo público (ISA, s.d.), a fabricação de artesanatos originalmente culturais é intensa. Ao longo do dia, principalmente ao entardecer, é comum ver mulheres produzindo linhas feitas da folha do tucumã, anéis e colares feitos do casco do tatu e do fruto do tucumã, enfeites para cabelo e utensílios domésticos como panelas de barros e cestarias.

Figura 4 – Cesto produzido pelos Paiter Suruí



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Os homens produzem artesanato com menos frequência, porém, fazem belos cocares, arcos e flechas. Todas as matérias primas são retiradas da natureza e manuseadas com muita habilidade e criatividade. O resultado inclui peças exuberantes que não são passíveis de julgamentos de valores diante da complexidade da sua fabricação e representação cultural.

Em meio a esse ambiente cultural indígena descrito acima, estão os sujeitos dessa pesquisa. Depois de visitas a aldeia Gaggir e trocas de diálogos com os membros da comunidade, chegou-se ao quantitativo da existência de oito surdos indígenas, porém, apenas sete foram localizados e concordaram em participar do estudo (GREGIANINI, 2017). Isto posto, os dados apresentados aqui são advindos das entrevistas realizadas com os familiares dos setes surdos, sendo que todas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas com fidelidade às falas.

A seguir, apresenta-se um quadro acerca dos participantes da pesquisa. Ressalta-se que com o intuito de preservar a identidade deles, optou-se pela substituição de seus nomes verdadeiros por fictícios, selecionados seguindo o tronco Tupi.

Quadro 1 – Nomes fictícios dos participantes da pesquisa

FAMILIARES DOS SURDOS ENTREVISTADOS	SURDOS
Palop (PAI)	Amary e Mauá
Maraxar (PAI)	Tainara
Abaeté (PAI) e Maya (MÃE)	Batira
Piacó (IRMÃO)	Ubirajara
Magé (PAI) e Sabará (MÃE)	Kaluanã
Naraieor (PAI) e Yara (MÃE)	Anahi

Fonte: Gregianini (2017).

ANÁLISE DOS DADOS

SURDO PAITER SURUÍ E AS RELAÇÕES/ESPAÇOS

Antes de apresentar os dados, é relevante salientar que eles foram obtidos pela autora por meio da sua visão geral e externa à individualidade dos surdos. Nas entrevistas segue a visão dos familiares sobre os surdos, de modo que as visões sobre a vivência e tratamento dados a eles podem não corresponder ao que é sentido por estes indivíduos. Assim, seguiremos o objetivo proposto.

Durante o período de observação, com relação ao tratamento dado aos surdos pela comunidade, pode-se notar que não há preconceito e estereótipos visíveis, pois em nenhum momento foi presenciado algum tipo de mau tratamento ou desprezo. Nas entrevistas realizadas com os pais dos indígenas surdos confirma-se o observado, com algumas ressalvas, que serão colocadas no decorrer dessa análise.

Para os pais, a surdez só impede seus filhos de serem mais ativos na interação com a comunidade por causa das barreiras na comunicação. Como por exemplo, quando questionados sobre a participação dos seus filhos Mauá e Amary nos eventos realizados na comunidade, Palop diz: “É... muito pouco, não participa assim diretamente. Até porque é... pensam que... não vai poder é... falar né. Então eles têm aquele constrangimento de ir e não participar e conviver com aquelas é... muitas pessoas conversando né.” Palop relata que não só os filhos dele ficam mais retraídos quanto à comunicação com a comunidade, mas diz perceber isso com os outros surdos também.

No viés de presença no ambiente comunitário da aldeia, os surdos do sexo masculino são mais avistados, pois saem de casa com frequência, estão sempre envolvidos no ambiente comunitário. Destaca-se que estar no ambiente comunitário aqui dito, não significa estar rodeado de pessoas, em completa interação comunicacional, mas sim frequentar os ambientes comunitários, que naturalmente vem a ser um local propício de interação independente da modalidade.

Nesse contexto, é muito comum encontrá-los nos fins de tarde embaixo do barracão comunitário, ora em interação com ouvintes, ora com surdos, como confirma Palop: “Mas pelo jeito, **Mauá**, pelo menos com outras crianças, ele conversa. Tem dias mesmo que eu daqui vejo ele conversando embaixo do barracão com outras crianças especial.” Piacó, irmão de Ubirajara, remete à existência de interação comunicacional entre surdos e ouvintes ao ser questionado sobre como ocorria a interação entre seu irmão e a comunidade: “As pessoas querem aprender a falar, ele é bem desinibido.”

Dos três surdos do sexo masculino, ele apresentou certa timidez na interação. Segundo seu pai, Magé, Kaluanã “[...] não gosta de ficar no meio das pessoas, ele não fica perto nem dos outros familiares. Brinca com o coleguinha.” Fato também constatado durante o período de observação, em que se avistava Kaluanã e seu amigo ouvinte (irmão dos surdos Mauá e Amary), com muita frequência, brincando aos arredores da aldeia.

¹ Quando na fala dos entrevistados for dito algum nome real, esse será negrito, a fim de marcar a substituição pelo nome fictício destinado ao sujeito citado.

Já as quatro surdas permanecem mais em casa e não estão em constante interação comunitária. Os familiares alegam que elas são mais retraídas, como relata Naraxar: “*A gente vê ela fica mais dentro de casa, só se envolve com as colegas quando vai para escola [...]. Quando uma pessoa normal fala com ela, não responde, fica encolhida.*” Maya, mãe de Batira, diz que “*Ela só fica aqui, não sai.*”

Porém, deve-se considerar nessa análise que essa questão também faz parte da cultura Paiter Suruí, em que as divisões das tarefas tornam as mulheres mais caseiras. Conforme Mindlin (1985), não por serem proibidas de acompanhar seus esposos na pesca, na roça e em outras atividades, mas sim pela energia e tempo gastos com os filhos ou os afazeres da casa, que não lhes sobram tempo.

A interação comunitária não é negada aos surdos, no entanto, alguns nem mesmo interagem com os familiares mais próximos, sentem-se envergonhados. Porém, todos os pais entrevistados deixaram bem evidenciada a liberdade que oferecem aos filhos surdos: se não participam ou não passeiam na aldeia é simplesmente por indisposição. Ressalta-se que sair para lugares externos à aldeia, sem o acompanhamento de um responsável, não é permitido pelos pais, motivo esse justificado pelas barreiras na comunicação, pois afirmam que os surdos não conhecem com clareza a Língua Portuguesa, dificultando a leitura labial e conhecem muito superficialmente ou absolutamente nada em Libras.

Ainda que os pais tenham divergências quanto a qual termo utilizar para se referirem aos surdos, ora usam *os visuais, os especiais, os que não ouvem, os que não falam*, existe uma consciência de que os surdos são diferentes em vários aspectos, porém, nem por isso devem ser excluídos da vida e trancafiados. A liberdade de ir e vir, de estar inserido na comunidade, de expressar opiniões e realizar vontades não é negada aos surdos. Os pais almejam o bem e um futuro promissor para os filhos surdos; independentemente de serem surdos ou não, o desejo dos pais é vê-los felizes e realizados.

Em contrapartida, todos os pais relataram que, principalmente, no caso daqueles que disseram haver pouca interação dos seus filhos com a comunidade, as interações acontecem com frequência no contato entre os surdos; geralmente os meninos com meninos, e meninas com meninas, como podemos perceber na fala do pai Naraxar: “*Fica mais dentro de casa, quando tem alguma coisa para fazer ou para falar ele procura outra que é especial também.*” Essa fala remete à questão da identidade surda. Estão em busca do semelhante, daquilo que lhes faz referência, como afirma Strobel (2008, p. 89):

[...] no encontro do surdo com outro surdo que também usa a língua de sinais se faz brotar novas probabilidades de subjetividades, de

compartilhar a cultura, de aquisição de conhecimentos, que não são plausíveis por meio da língua oral e da cultura ouvinte.

No momento em que estão juntos brota o sentimento de acolhimento, de conseguir se comunicar com facilidade, de enxergar no outro as características que são peculiares a si mesmo, “trocar” experiências visuais e libertar-se das amarras do oralismo. Diante disso, constatou-se que entre surdo e surdo a comunicação é prioritariamente realizada por meio dos SPS.

Já entre surdos e ouvintes, a comunicação é prioritariamente realizada por meio de apontamentos e oralidade na língua Paiter Suruí, pois alguns surdos apresentaram capacidade de fazer leitura labial e/ou conseguem ouvir um pouco, fato mencionado por Palop: “*E também, com a vó e o vô dele, ele conversa em voz e já com outro especial, ele conversa já na linguagem dele, em gestos a linguagem própria que eles criam durante a convivência deles*”.

Não se pode aqui indicar qual grau de surdez ou até mesmo afirmar com convicção que eles sabem fazer leitura labial seguindo a língua Paiter Suruí, pois nenhum processo de verificação mais minuciosa foi realizado. O que se confirma é que essas formas de comunicação aconteciam e eram entendidas pelos surdos, de modo que eles realizavam o que lhes era solicitado.

Caso interessante de se mencionar nesse artigo era a dificuldade de comunicação que a autora tinha com os surdos, pois a leitura labial não era entendida pelos surdos na Língua Portuguesa e era de suma importância não utilizar sinais em Libras para que não influenciasse os registros dos SPS.

Portanto, os surdos Paiter Suruí vivem num emaranhado de línguas, em que os SPS não são entendidos por todos os membros da comunidade, o que dificulta a interação com a comunidade e, sobretudo, propiciam a inibição ou a tão pronunciada *vergonha* que os pais relatam que os filhos possuem.

ENTRELAÇAMENTOS CULTURAIS DO SURDO PAITER SURUÍ

Depois de muito serem discriminados e excluídos pela sociedade, hoje, os surdos estão conseguindo mostrar que seu modo de ser, agir e pensar faz parte da sua cultura, representada pelo mundo visual, denominada como cultura visual. Quadros (2002, p.10) define que “essa cultura é multifacetada, mas apresenta características que são específicas, ela é visual, ela traduz-se de forma visual. As formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvintes.”

Assim, os surdos Paiter Suruí são um grupo de pessoas que possuem uma cultura visual, mesmo estando envoltos na cultura ouvinte Paiter Suruí. Diante disso, verificamos as multifaces da cultura surda: ela não é igualitária para todo o povo surdo. Os grupos de surdos de várias etnias que se hibridizam com culturas ouvintes diferentes, possuem em comum a surdez e a língua de sinais como traços que os identificam como povo surdo, conforme relata Gesser (2009, p.302): “Não se pode negar que a surdez e a Língua de Sinais são traços de identificação entre os surdos, mas isso não é suficiente para dizer que todos os surdos são iguais ou, ainda, que vivem em uma clausura cultural, celebrada no singular, no purismo, e na estabilidade total.”

A cultura surda não é estável: se modifica, e é representada de várias formas, a depender daquilo que o sujeito surdo capta com o olhar. Estigmatizar a cultura surda como homogênea é o mesmo que não considerar as diversidades culturais existentes no mundo, afirmando, por exemplo, que no Brasil todos se vestem da mesma forma, possuem as mesmas crenças e os mesmo ideais. Sob essa diferença no olhar o mundo a sua volta, de percepção da realidade que faz sentido ao seu ser, que os setes surdos Paiter Suruí constituem sua cultura visual ancorada na sua realidade vivida e hibridizada pela cultura da sua etnia.

Durante o período de observação, verificou-se que todos os surdos são incluídos na cultura Paiter Suruí por estarem sempre envolvidos em atividades culturais juntos com sua família. Com relação às entrevistas, somente Magé, pai de Kaluanã, diz ainda não ter ensinado o filho pela questão da idade: “*Não ensinamos nada, porque ele é criança, mas pretende ensinar igual ao outro filho*”.

Pelos fatos constata-se que todos os familiares entrevistados relataram que passam as tradições para todos seus filhos, sem distinção. Abaté afirma que “[...] *tenta seguir a mesma tradição, do mesmo jeito que ensina as outras crianças também. Aí ela entende*.” É comum avistar surdos em atividades como construindo barracões, fazendo artesanato, indo para a colheita com a família, entre outros afazeres culturais.

Ah... tem que seguir né, deve seguir. É ... até porque afinal de conta é filho da gente. Faz parte da cultura, faz parte do grupo e deve seguir a cultura sim, como outro indígena né, dentro da cultura Paiter. Então, por isso nós devemos entender a vida deles e dar valor também. E não pensar que eles são diferentes dos outros, mas é respeitar essa diferença deles. É... dar valor e apoiar, segue a vida, como qualquer pessoa. (PALOP).

A presença dos sujeitos surdos nessa comunidade não é tão antiga: o surdo mais velho, no momento da realização da pesquisa, tinha 19 anos. Existe uma precariedade de

informação sobre o sujeito surdo na comunidade, que veio à tona com a realização da pesquisa sobre os SPS. Porém, evidencia-se a concepção de diferença dita pelo pai Palop, afirmando que os seus filhos são diferentes, mas isso não é impeditivo de que façam parte da cultura Paiter Suruí. Assim, colocam seus filhos diferentes no tocante às suas peculiaridades, entendendo que são diferentes por apresentarem necessidades diferentes, não como diferença pautada numa deficiência, anormalidade.

A imposição da cultura Paiter Suruí para os sujeitos surdos não é algo pensado no intuito de superioridade e preconceito, assim como faziam os ouvintes com os surdos não indígenas, dos centros urbanos, mas como uma afirmação de que os surdos devem ser tratados em igualdade perante qualquer membro da comunidade e a tradição mantida, aceitando-os como sujeitos biculturais que são. Ainda nesse tocante, Naraieor afirma: “Ensino, não tem diferença não. Porque a cultura já vem de... aí não tem diferença não”. Piacó também afirma repassar os ensinamentos: “Sim. Caçar, pescar. Não exclui o Ubirajara das tradições.”

Por mais que a comunidade Paiter Suruí não tenha conhecimento suficiente sobre a cultura surda, constata-se que ocorre o entendimento de que eles são diferentes nas suas peculiaridades, tendo a liberdade de ser quem são. Essa questão de entender que os surdos têm seu próprio jeito de ser e estar no mundo indica o processo de interculturalidade se moldando.

A interculturalidade orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade. Não ignora as relações de poder presentes nas relações sociais e interpessoais. Reconhece e assume os conflitos procurando as estratégias mais adequadas para enfrentá-los. (CANDAUI, 2003, p.19).

Como afirmado acima pela autora, a interculturalidade é algo a ser alcançado, é um processo que enfrenta conflitos, fato não diferente do que ocorre com os surdos Paiter Suruí. Como vem sendo discutido aqui, o conflito existente por causa da diferença linguística, é o principal obstáculo nessa relação. Contudo, como também se percebeu, isso não denomina os surdos como sujeitos insignificantes, pelo contrário, a inserção na cultura da sua etnia é tida como de igual valor para qualquer membro da comunidade. Por conseguinte, Naraxar também remete à indispensável inserção dos ensinamentos culturais a sua filha Tainara, e que isso o alegra, deixando orgulhoso quando a avista realizando atividades culturais.

Ela é normal, segue a mesma coisa, igual aos outros. Até porque ... bom como a mãe falou né, se ela estiver fazendo isso ela tá separando, ela não quer que ela... ela mesmo considerar diferente do que os outros, pra ela, ela é normal. Se a gente começar isso dentro de casa ou falar com ela que ela não pode ir para algum evento da comunidade participar disso, nós mesmos estamos excluindo ela. A gente deixa ela, deixa ela a vontade mesmo, o que ela achar melhor ela vai lá participa, igual tá sendo construída uma maloca aqui, aqui pra frente né, e quando tem oficina aqui, barracão aqui, ela vai, ela conversa, ri, faz artesanato da forma como ela entende. Deixa ela a vontade própria, mais à vontade dela mesmo, a gente fica mais animado. (NARAXAR).

Ficou notório que a comunidade indígena da aldeia Gapgir não possui conhecimento teórico sobre o mundo dos surdos, porém, é explícito que tentam agir com naturalidade, e oferecer-lhes liberdade é uma forma de fazê-los se sentirem capazes de fazer suas escolhas, mesmo diante da diferença linguística existente.

Por conseguinte, na aldeia, existe o entendimento que os surdos possuem uma forma diferente de comunicação, percebida pelos membros da comunidade quando os surdos tentam dialogar com seus familiares e quando conversam entre surdo e surdo. Porém, a comunidade se encontra em meio a dúvidas e receios de como se aproximar dessa forma de comunicação, de modo que toda a comunidade possa interagir e, assim, os surdos possam sair de seus casulos e sentirem-se mais acolhidos e livres em seu biculturalismo.

Contudo, uma comunicação estável é um espaço que deve ser trabalhado para que a interculturalidade na qual os surdos estão inseridos possa ocorrer, efetivamente, entre a cultura surda, cultura ouvinte e cultura Paiter Suruí. E mais, que possam enxergar os SPS como afirmação da cultura surda Paiter Suruí na qual os surdos de sua etnia pertencem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude da análise apresentada, nota-se que os sete indígenas surdos Paiter Suruí não recebem tratamento discriminatório da comunidade. A concepção de sujeito com que a comunidade os delimita é de pessoas que fazem parte da comunidade, da cultura indígena Paiter Suruí. A dificuldade está na comunicação, fato esse que impossibilita uma maior interação entre os familiares e, principalmente, entre a comunidade como um todo.

A referência que os pais possuem dos seus filhos surdos em relação aos seus filhos ouvintes é de igualdade, tanto nas questões internas de convivência familiar quanto nos ensinamentos culturais. Porém, faltam informações e conhecimento de quem é o sujeito surdo, na sua complexidade linguística, social e cultural. A orientação sobre a cultura

visual é um fator muito importante que trará maior entendimento sobre os sujeitos surdos da comunidade.

Um fator que promove o respeito e a convivência harmoniosa entre as culturas é a interculturalidade, fato esse que, mesmo de uma forma quase que inconsciente e natural, já ocorre na aldeia. Por isso, é relevante investir mais profundamente no entendimento dos conflitos que ocorrem nessas trocas e convivências culturais, como tentativa de solucioná-los, possibilitando a continuidade desse respeito já adquirido pelos indígenas ouvintes, com relação aos indígenas surdos.

Apesar do respeito e reconhecimento de que os surdos são indivíduos diferentes, somente por possuírem particularidades, eles ainda se sentem inibidos perante as relações com a comunidade ou até mesmo com familiares mais distantes, dado que pode estar completamente relacionado às barreiras na comunicação, pois a comunidade pouco ou nada sabe sobre os SPS, causando constrangimento aos surdos ao se depararem numa tentativa de diálogo. Desse modo, evitar esses momentos vem a calhar como uma fuga, evitando situações embaraçosas.

À vista da naturalidade que o sujeito surdo Paiter Suruí é tratado e considerando o pouco conhecimento teórico sobre o mundo dos surdos pela comunidade, pontua-se que o respeito pelas diferenças não é algo tão difícil de se concretizar, quando o fator primário a se considerar é que se trata de uma pessoa que possui peculiaridades, e nada mais.

Portanto, finaliza-se esse artigo com a satisfação de apresentar, de forma sintetizada, tudo que foi posto anteriormente, e mais um ensinamento vindo de uma comunidade indígena: são nossos surdos, são inseridos na cultura a qual nasceram, respeitados e não há como ser de outra forma. Ser diferente não é sinônimo de exclusão. São sujeitos diferentes, mas, antes, são Paiter Suruí.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Néstor. García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed., São Paulo: EDUSP, 2007.

CANDAU, Vera Maria. **Relatório da Pesquisa Universidade, Diversidade Cultural e Formação de Professores Rio de Janeiro**: Departamento de Educação da PUC-RIO, 2003.

GESSER, Audrei. Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas *In*: QUADROS, Ronice Muller de; STUMPF, Marianne Rossi (Org). **Estudos Surdos IV**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009, p. 277-308.

GREGIANINI, Luciana Coladine Bernardo. **Mapeando os sinais Paiter Suruí no contexto da comunidade**. 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) – Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, RO, 2017.

ISA. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/surui-paiter>. Acesso em: 28 jun. 2021.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação**. Belo Horizonte: Editora Mazza Edições, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MINDLIN, Betty. **NÓS PAITER: Os Suruí de Rondônia**. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 1985.

PERLIN, Gladis. **O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2003.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **Identidade e surdez: o trabalho de uma professora surda com alunos ouvintes**. São Paulo: Plexus Editora, 2009.

SURUI, Joaton. **A escrita da língua materna nas escolas indígenas Paiter Suruí ãh sodig nã goe tig esade paiter ey emã sodihg ah ey ka ewe**. 2018. 141f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – UNIR, Porto Velho, 2018.

SURUÍ. Naraykopega. **Um olhar para a história e as lutas do povo Paiter Suruí de Rondônia**. Disponível em: <https://www.partes.com.br/2015/07/06/um-olhar-para-a-historia-e-as-lutas-do-povo-paiter-surui-de-rondonia/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR C (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2015, p. 7-32.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFCS, 2008.

STROBEL, Karin Lilian. **História da educação de surdos**. Florianópolis, 2009. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 07 ago. 2021.

VALLADARES, Licia. **Os dez mandamentos da observação participante**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 63, 2007. Disponível em: <http://mtis2.ds.iscte.pt/texto/observa%2010%20mandamentos.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2021.

RECEBIDO EM: 28/11/2021
PARECER DADO EM: 02/02/2022